

Portaria nº 139, de 5 de junho de 1992

O Secretário do Meio Ambiente da Presidência da República, interino, no uso das atribuições previstas no art. 11, da Estrutura Regimental anexa ao Decreto nº 99.604, de 13 de outubro de 1990, e tendo em vista as disposições contidas na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965¹, nos artigos 43 a 49 do Decreto nº 99.244, de 10 de maio de 1990, e no Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990²;

Considerando a necessidade de aperfeiçoar a sistemática de controle da exploração florestal objetivando o desenvolvimento sustentado;

Considerando a necessidade de adotar procedimentos mais eficazes de controle da exploração e transporte de produto de origem florestal; resolve: **Art. 1º.** Instituir, a nível nacional, o instrumento de controle, “Autorização para Transporte de Produto Florestal — ATPF”³, como documento obrigatório para as pessoas físicas ou jurídicas que transportem produtos florestais de origem nativa, bem como o carvão vegetal nativo.

Parágrafo único. Entende-se por produtos florestais aqueles que se encontram no seu estado bruto no *in natura*, abaixo relacionados:

- a) madeira em toras
- b) toretes
- c) postes não imunizados
- d) escoramentos
- e) palanques roliços
- f) dormentes nas fases de extração/fornecimento
- g) mourões ou moirões
- h) achas e lascas
- i) pranchões desdobrados com moto-serra
- j) lenha
- l) palmito
- m) xaxim
- n) óleos essenciais.

1 Vide Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, pág. 60, deste Tema.

2 Vide Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990. Tema 9: “Proteção ao Meio Ambiente”, pág. 1188.

3 Vide Portaria nº 44-N, de 6 de abril de 1993, sobre a regulamentação da ATPF/RET, pág. 226, neste Tema.

Art. 2º. A Autorização para Transporte de Produto Florestal personalizada será fornecida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — Ibama, aos detentores de Autorização de Desmate, Exploração, Manejo e Planos de Corte, em número compatível ao volume do desmate/corte autorizado.

Art. 3º. O transporte dos produtos florestais de que trata o Parágrafo Único do artigo 1º desta Portaria, deverá estar acompanhado, desde a origem ao destino, da referida Autorização corretamente preenchida.

Art. 4º. Caberá ao Ibama proceder a regulamentação dos procedimentos adicionais necessários para a efetiva implementação da nova sistemática, no prazo não superior a 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Portaria, mantido neste período o instrumento instituído pela Portaria/Ibama/nº 27-N, de 26 de fevereiro de 1992.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

José Goldemberg
Secretário

(DOU de 09.06.92)